



## O Trabalho (OT) – Corrente Interna do Partido dos Trabalhadores

ANTONIO OZAÍ DA SILVA\*

Nos primeiros anos da década de 1980, a tendência *O Trabalho* evoluiu de uma postura intransigente em relação ao PT para a integração ao mesmo. Assim, da concepção de que o PT seria uma *articulação burguesa*, *OT* passou a defender a possibilidade dele se constituir no partido da IV Internacional, instrumento da revolução socialista. Simultaneamente, ele passa a considerar que para atingir este objetivo é necessário uma política de estreita aproximação com a *Articulação dos 113*.<sup>1</sup>

A atuação comum com a *ART* nem sempre se deu de forma tranquila. Embora *OT* tenha demonstrado um esforço monumental para ser admitido nos *113*, as relações eram dificultadas pela resistência da própria *ART* à aliança com eles. Em 1985, por exemplo, esta unidade foi rompida não porque *OT* quisesses, mas porque a *ART* afastou-os.<sup>2</sup>

Era uma situação no mínimo interessante: de um lado, *OT* acreditando sinceramente que a construção do PT como partido operário independente tinha na *ART* a sua principal força impulsionadora, e que, portanto, era necessário compor com ela; de outro, a *ART* resistindo aos galanteios de *OT*, inclusive excluindo-o da formação de chapas nos encontros do PT.

A persistência em aliar-se à *ART* significava, na outra ponta, um crescente distanciamento em relação às demais Tendências do campo petista. Nesse tema, a *OT* mostrou-se fiel aliado da *ART*, exacerbando o discurso desta contra as organizações e agrupamentos no interior do PT.<sup>3</sup>

Em 1987, essa política desembocou na aceitação formal da dissolução e diluição da organização na *ART*. Para a maioria da sua direção nacional, essa postura era coerente com a política da tendência. Era o corolário natural do processo de identificação com a *ART*. Afinal, se o PT, hegemonizado pela *ART*, afirmou um curso à esquerda nestes anos e se a base política de ambos (*OT* e a *ART*) era praticamente a mesma, então não se justificava manter a tendência. A dedução óbvia era pela fusão.

A minoria dirigente concordava com a construção de uma articulação em torno do núcleo dirigente histórico do PT (Lula e os sindicalistas); também tinha a mesma análise sobre o PT e a *ART* e defendia a integração nela. “Isto porque o PT necessita de uma *ART* permanente que, ao redor do núcleo de Lula, reúna todos aqueles identificados com o curso que o partido vem tendo”, afirma a resolução do X Encontro – do qual, aliás, a ala que decidiu entrar na *ART* não participou.<sup>4</sup>



A divergência era de ordem tática: como fazer para participar da *ART*. A minoria dirigente não aceitava a dissolução da tendência. Ela desejava a união com a *ART*, mas sob uma base política que permitia-lhe manter a organização e os laços com a *IV Internacional*. Mas, como construir esta articulação comum sem dissolver-se? Em que consiste integrar-se à esta? Eis sua resposta:

“Nos dispomos a construir uma *ART* comum, única no sentido de que não nos apresentamos em separado nas instâncias do Partido, respeitando sua maturidade e seu pluralismo, o qual pode integrar o reconhecimento de nossos laços com a *QI-CIR*. A partir daí, a manutenção de nossa estrutura, transparente, poderia ser compatibilizada com a estrutura que uma *ART* permanente viesse a construir”.<sup>5</sup>

A forma como assumiria este relacionamento entre a *ART* e uma corrente que se define por sua adesão a um organismo internacional seria objeto de discussão no processo de atuação comum. Esse setor não via qualquer contradição entre a existência de *OT* (e sua filiação à *QI-CIR*) e a militância no PT e na *ART*.

Em 1986, *OT* elegeu Clara Ant, dirigente nacional da tendência, a deputada estadual em São Paulo. Essa vitória eleitoral e a convivência comum entre seus principais dirigentes e a cúpula da *ART*, contribuiu para o fortalecimento dos vínculos entre ambos e gerou condições propícias à adesão. Para esses, a *ART* aparecia como o ambiente inato para a continuidade do combate pelas ideias forjadas na militância internacionalista. Para os que não aderiram, esse desfecho era uma capitulação política.

Esta cisão tem como causas diretas tanto a evolução de *OT* em sua relação com a

*ART* quanto os aspectos internacionais determinados pela crise da *IV Internacional*. As divergências no *CIR-QI* referem-se justamente à política a ser seguida pela seção brasileira (*OT*) em relação ao PT e sobre a estratégia para construir a Internacional. Numa reunião, realizada em abril de 1987, Pierre Lambert propôs a reproclamação ou refundação da *IV Internacional*, tendo como referência o *Partido Comunista Internacionalista (PCI)*, seção francesa.

Após a reunião, sete membros do Conselho Geral (a direção da *QI-CIR*) romperam com Lambert e se colocaram a favor da construção de um novo agrupamento internacional, restrito basicamente a uma rede de contatos. Entre os que saíram estava Luís Favre, com militância no Brasil.

Para os que mantiveram a tendência *OT*, essa divisão internacional teve como pano de fundo um trabalho de arregimentação realizado pela *Internacional Socialista*, que incorporou militantes da seção francesa ao Partido Socialista. Os reflexos no Brasil se expressaria na sedução do aparato da CUT e do PT sobre a maioria dirigente, seguindo uma tática semelhante à dissidência em nível internacional.

A parte que manteve a tendência – *O Trabalho (maioria) Pela Reconstrução da IV Internacional*<sup>6</sup> – insistiu na política de aliança preferencial com a *ART*. Nos encontros estaduais que precedem o 5º EN, *OT* formou chapas em comum com esta, elegendo vários delegados. A despeito de sua vontade de manter essa coligação no encontro nacional, a *ART* excluiu-o da sua chapa e ele concorreu isoladamente, obtendo apenas 3,6% dos votos (insuficiente para eleger representantes ao DN).

Na análise de *OT*, sua exclusão da *ART*, e conseqüentemente do DN, foi



provocada por um processo de estreitamento desta “em favor de uma centralização que se dá por fora de um debate que clarifique as eventuais divergências e que visa construir uma Corrente excludente, cujos contornos políticos não estão claros para suas próprias bases”.<sup>7</sup>

Sem dúvida, a recusa em dissolver-se foi o principal fator para sua exclusão. Isso está relacionado à própria evolução da *ART* no sentido de fortalecer seus laços organizativos e à defesa de *OT* do direito de tendência. Por outro lado, era uma atitude defensiva contra a pressão por sua diluição.

*OT* criticou a resolução aprovada no 5º EN. Em sua avaliação, a aplicação desta resolução seria o mesmo que instaurar o regime de “tendência única”, isto é, o controle monolítico da maioria e a conseqüente desqualificação das posições da minoria. Tal posição só se justificaria por uma visão equivocada de socialismo, na qual prevalece a ditadura do partido único.<sup>8</sup>

A crítica de *OT* expressa a posição das diversas Tendências organizadas. Elas questionaram os limites impostos à sua estruturação como tendência, o que seria distinto do status de *partido dentro do partido*.<sup>9</sup> O balanço crítico às resoluções do 5º EN e as dificuldades de se aliar ao núcleo dirigente da *ART* indicam um novo rumo político da tendência *OT*, num crescente distanciamento desta.

Era também uma fase de recuperação e saneamento dos efeitos devastadores que a cisão provocara. A corrente buscava reunir os elementos dispersos, refazer os contatos e reaglutinar a militância. A referência internacional foi um fator de coesão. Sem ela as dificuldades em manter a organização teriam sido maiores.

*OT* aprofunda sua crítica à *ART* e às resoluções gerais do 5º EN, as quais teriam “equivocos e debilidades teóricas que possibilitam o desenvolvimento de sérios desvios políticos do partido em relação à sua trajetória independente”. Para *OT*, um dos principais problemas era a definição da política de acúmulo de forças.<sup>10</sup>

A divergência de *OT*, em princípio, não é em relação à consigna do governo democrático e popular, mas no fato deste se fundamentar na tese do *acúmulo de forças*. Para *OT*, este governo nada mais é do que um “governo de transição para o socialismo apoiado na auto-organização dos trabalhadores e dos oprimidos da cidade e do campo”.<sup>11</sup>

A expressão *governo democrático e popular* seria apenas uma forma de popularizar o governo de transição. Simultaneamente, diverge da fórmula – levantada pela *CS* e outros – do *governo dos trabalhadores*, a qual apenas serviria para isolar os trabalhadores dos seus aliados potenciais (a pequena-burguesia, setores semiproletários e outros setores marginalizados).<sup>12</sup>

Do ponto de vista de *OT* foi a *ART* que mudara sua política, substituindo paulatinamente a ênfase no movimento de massas pelo caminho institucional e priorizando as negociações e as alianças com setores da burguesia. Essa *invólucção* seria resultante de uma determinada leitura das resoluções do 5º EN que, no extremo, representava a negação da história do PT e sua transformação num “apêndice dos setores liberais e dissidentes da burguesia”. As origens dessa virada estariam nas confusões e omissões das formulações do 5º EN.<sup>13</sup>

Num balanço retrospectivo, esta postura reflete o entendimento de que a política anterior de busca frenética de atuação



comum com a *ART* fora correta. A linha política adotada posteriormente ao racha estaria motivada pelos mesmos elementos: a construção do PT como partido operário independente e numa perspectiva internacionalista.

É evidente que a *ART* mudara. Mas também *O Trabalho*, cuja cisão significou perda de quadros e impôs a reformulação da sua política. As divergências estão na qualidade e no tipo de valoração destas transformações. *OT* evoluiria à esquerda, aprofundando os laços com as forças políticas que combatia anteriormente.

O curso à esquerda ficou patente nas prévias das eleições municipais em São Paulo – com o apoio à candidatura Erundina – e a aproximação com os setores tidos como a esquerda dentro do PT. Depois, a participação no governo Erundina e o rompimento, com a demissão de Cardoni.<sup>14</sup>

É neste contexto que a Tendência participou da campanha eleitoral de Lula em 1989. Nessa fase, *OT* atuou lado a lado com as forças dentro do PT que desejavam imprimir um conteúdo classista ao programa e à candidatura Lula: contra o pagamento da dívida externa, pela reforma agrária sobre controle dos trabalhadores, pelo salário mínimo do DIEESE. Em suma, por um governo democrático e popular entendido como um governo de ruptura com o capital e o imperialismo, de transição ao socialismo.

Para *OT*, já o *Programa de Ação de Governo (PAG)* rifou as reivindicações que davam o caráter de classe à campanha Lula. Pensado como um programa submetido à Constituição e à legalidade, o PAG seria a anteporta da política de amplas alianças colocada em prática no segundo turno das eleições de

1989. Na análise de *OT*, essa política resultava no abandono da luta.<sup>15</sup>

Aos elementos de ruptura com a política anterior à cisão de *OT*, acrescentam-se outros resultantes do processo desencadeado no Leste Europeu. Em 1987, o *lambertismo* adotara uma política de frente única com as diversas correntes que romperam – ou estavam em processo de ruptura – com o stalinismo, a social-democracia e as várias formas de nacionalismo.

Essa *estratégia de transição*<sup>16</sup>, que pressupunha a flexibilização da organização, ganhou impulso com a evolução dos acontecimentos no Leste e a realização de atividades conjuntas. Seu ponto culminante foi a realização da 2ª *Conferência Mundial Aberta*, em Paris, nos dias 21 a 24 de junho de 1993. Com a participação de 63 delegações nacionais, esta conferência decidiu reproclamar a IV Internacional.<sup>17</sup>

Os reflexos dessa política no Brasil podem ser visualizados no caso Gnecco e no processo de fusão da maioria da tendência *Luta Pelo Socialismo (LPS)*, uma dissidência da *DS*, formada em 1984, cuja influência se restringia basicamente a São Paulo. A *LPS*, ligada ao Secretariado Unificado (SU), aproximou-se de *OT* no processo de recomposição das forças políticas petistas, atuando em comum nos 6º e 7º encontros nacionais.

Em seu encontro nacional realizado em 1990, a maioria da *LPS* rompeu com o SU e decidiu aderir aos esforços de construção de uma Internacional dentro da perspectiva de unificação dos vários setores do movimento operário. O setor minoritário manteve a tendência e a vinculação à corrente *mandelista*.

A *IV Internacional lambertista* viu a *glasnost* como uma abertura política controlada pela burocracia, com o



objetivo de atenuar as tensões sociais geradas pelas reformas econômicas e, assim, evitar a explosão social e manter as rédeas do poder. A queda do muro de Berlim foi saudada positivamente como a possibilidade de resgate do verdadeiro socialismo.

No Brasil, *OT* reafirma a tese tradicionalmente formulada pelo trotskismo:

“A crise não é do socialismo, a crise é dos PCS e do stalinismo, que, debaixo de diferentes rótulos es e adaptando a mudanças na situação mundial, desde o final dos anos 20 tem sido um freio no movimento revolucionário internacional”. (Grifos no original)<sup>18</sup>

Mas, se há concordância na análise geral, o mesmo não ocorre no específico. Nesse, a avaliação de *OT* se aproxima da *CS* e se distancia da *DS*. Essa última é criticada pela defesa que fez dos aspectos positivos da *glasnost*. Segundo *OT*, esta posição significava acreditar na capacidade da burocracia se *auto-reformar* e, desta forma, obscurecer seu papel restauracionista. *OT* acusa a *DS* (e o *SU*) – de serem “agentes do stalinismo travestidos de trotskista”. “Para a *DS*, a “glasnost” é positiva, contrariamente à perestroika. Não veem que a primeira é necessária à segunda, como cobertura”, afirma Anau.<sup>19</sup>

Compartilhando o otimismo revolucionário da *CS*, *OT* viu no Leste Europeu o desenrolar de “uma revolução operária, no seu conteúdo social mais profundo” pois se dava contra a burocracia e estaria desenvolvendo “formas embrionárias” dos órgãos de poder operário e democrático. A revolução política estaria apenas começando. “A luta será longa, difícil, cheia de obstáculos”, previa.<sup>20</sup>

A proximidade com a *CS* também se daria na luta concreta e nos embates

internos. Como essa, também *OT* foi ameaçado pela direção majoritária, em 1990, de não ser reconhecido com Tendência interna. A CEN alegou que recebera “de militantes e de instâncias, diversas manifestações a respeito do comportamento políticos partidário” dos adeptos de *OT*. Prudentemente, o DN-PT não o caracterizou de imediato como transgressor da *Resolução sobre Tendências*. Mas, autorizou a CEN a estabelecer conversações com *OT*, no sentido de obter seu compromisso político no tocante à estrita obediência dessa resolução.<sup>21</sup>

Sem entrar no mérito das suas propostas políticas, as formulações de *OT* sobre o PT – pelo menos desde 1983 – não dão margem a qualquer dúvida sobre o seu combate por um PT estratégico. Como outras organizações, *OT* considera legítimo e justificável disputar politicamente suas posições no PT. Aham mesmo que o dever de todo revolucionário é integrar-se nele, e lutar por ele e com ele pelo socialismo.<sup>22</sup>

*OT* se mostrou surpreso com a atitude da CEN e, reafirmando um compromisso há muito tempo assumido, se opôs à sanção contra as demais correntes que estavam na berlinda. Para *OT*, qualquer medida contra estas organizações só deveria ser tomada após um debate nos encontros de base e discutidas no encontro nacional. Quanto às questões levantadas pela CEN, *OT* polidamente aventou uma hipótese: não estaria a direção hegemônica petista transpondo para o terreno disciplinar as divergências políticas reais?<sup>23</sup>

De qualquer forma, a CEN convenceu-se que *OT* não infringira a *Resolução Sobre Tendências*. Por outro lado, *OT* se comprometeu a “avaliar com maior cuidado os seus métodos de atuação” de acordo com a regulamentação aprovada pelo DN. Diante disso, a CEN se



posicionou por seu reconhecimento como Tendência do PT. Este parecer foi confirmado pelo DN.<sup>24</sup>

A análise crítica da evolução do PT no período posterior ao 5º EN e da conjuntura internacional pós-1989, constituiu-se no pano de fundo que fundamentou as propostas de *OT* para a atuação da esquerda na fase do governo Collor. Para *OT*, Collor representava um governo fraco, marcado pela ilegitimidade. *OT* afirmou que esse governo seria obrigado a impor uma política contrária aos trabalhadores e a retomar o pagamento da dívida externa, numa tentativa de “restabelecer o consenso burguês”.<sup>25</sup>

Por outro lado, *OT* avaliou que Lula e o PT saíram fortalecidos da campanha eleitoral de 1989. A correlação de forças pendia favoravelmente para o lado dos trabalhadores, não fora alterada pela derrota eleitoral. Os erros que explicavam o insucesso estariam na orientação legalista e institucionalista: o respeito à Constituição e na busca obcecada de ampliar as alianças com o PDT e PSDB no 2º turno. Foi essa orientação que “apassivou o partido no momento final”, afirmou *OT*.<sup>26</sup>

Nessas circunstâncias, *OT* concluiu que o governo Collor, ao tentar implementar o “programa imperialista”, se chocaria com os trabalhadores e a maioria da nação. “Muito rapidamente “Fora Collor” ou “Abaixo a farsa Collor” se fará ouvir, iniciando a desestabilização desse governo”, previu. Caberia ao PT “coordenar e centralizar as lutas sociais na perspectiva de um novo governo”.<sup>27</sup>

Para cumprir essa tarefa, ainda na avaliação de *OT*, o PT precisaria “colocar as coisas nos eixos”: romper com a linha política que prevaleceu no 2º turno na eleição de 1989, lançar candidatos próprios nas eleições de 1990

aliada à uma campanha classista. Nesse ponto, *OT* considera que era essencial a mudança de rumo político das prefeituras petistas que afrontaram o programa do partido. “Caso contrário, a preservação do PT, de suas relações com as massas, exigirá *passar à oposição aberta* a esses governos por uma questão de coerência política”, enfatizou. (Grifos no original)<sup>28</sup>

Esta tática visava resguardar o partido. *OT* descartou a atuação como fração pública. Para a corrente, uma Tendência não poderia ser “um partido-dentro-do-partido”. Isto seria negar a natureza estratégica do PT, transformá-lo num “partido-ônibus”.<sup>29</sup>

Essa política marcou a atuação de *OT*, numa fase de reafirmação da organização em nível nacional. Por outro lado, forneceu a base política para a atuação comum no 1º Congresso com as forças que compuseram a tese 10 e a *CS*. Essa aliança configurou um campo à esquerda em defesa do marxismo e efetivou-se em temas como a votação sobre o direito de Tendências, o *Fora Collor!* na análise sobre a evolução do PT e o resgate das suas origens etc.

Nesse congresso, *OT* fez um balanço positivo do PT. Porém, observou que ele se encontrava numa encruzilhada: aprofundar a trajetória de luta presente desde a sua fundação ou negá-la e se transformar num partido da ordem. A segunda opção estaria condensada na tese dos que propunham a refundação do PT. Estes, “arautos de uma enganosa modernidade”, seriam uma ameaça à tradição de luta, pluralista e democrática do PT.<sup>30</sup>

A ação comum no 1º Congresso desencadeou relacionamentos políticos novos e fortaleceu a perspectiva de aprofundar os laços políticos, dando-lhes organicidade. Mas, as avaliações sobre o



resultado desse congresso e suas conseqüências para o PT não eram convergentes. Embora, *OT* e outras forças deste campo concluíssem que este representara a vitória da direita petista, não concordavam com a análise da *CS*.

Como vimos, este processo resultou na formação do *NLPT*. Mesmo atuando nesse movimento e defendendo sua unidade – à base de acordos e pelo voto da maioria – seus componentes tendiam a desenvolver uma dinâmica própria nem sempre conciliável com uma estrutura orgânica mais ampla. Nos aspectos essenciais, estiveram juntos.

As diferenças, já observamos, se manifestaram em posturas diferenciadas já na campanha de Lula. No primeiro semestre de 1995, a corrente *OT* propôs que o partido rompesse com as votações no Congresso Nacional em torno das reformas de FHC e centralizasse sua atuação na mobilização popular pela convocação da Assembleia Nacional Constituinte.

*OT* argumentou que o Congresso Nacional era ilegítimo, fruto da manipulação nos meios de comunicação e distribuição de concessões de rádios e TVs; que não se opunha à luta institucional; e, que sua proposta significava brechar o processo de *desconstitucionalização* e colocar no centro da discussão as reivindicações populares.



\* **ANTONIO OZAÍ DA SILVA** é professor da Universidade Estadual de Maringá; autor de *História das Tendências no Brasil*.

Os textos desta série compõem a Dissertação de Mestrado, **“Os partidos, tendências e organizações marxistas no Brasil (1987-1994): permanências e descontinuidades”**, orientada pelo Prof. Dr. Maurício Tragtenberg, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

Essa, em sua avaliação, seria uma saída democrática, pois a democracia é o “respeito à vontade popular”. Se o congresso atual não corresponde a essa “vontade”, então nada mais lógico do que eleger outro.<sup>31</sup> *OT* retomou a posição do PT contra o Colégio Eleitoral e pela não assinatura da Constituição de 1988, como exemplos a serem seguidos. “O PT não pode limitar-se aos marcos das instituições atuais, antidemocráticas”, defendeu.<sup>32</sup>

Contra seus críticos, *OT* afirmou que sua luta é por uma Constituinte soberana, diferente da promulgada em 1988, que fora tutelada pela *Nova República* e pelas leis que sobreviveram ao período ditatorial. Seu projeto pressupõe que a Constituinte seja fruto da mais ampla mobilização popular, desde a base. Isso seria a garantia da não eleição de outro Congresso conservador e picareta.

Enquanto a polêmica se instalava no *NLPT*, a corrente passou a organizar atos e reuniões em todo o país, com o objetivo de angariar apoios à sua proposta.<sup>33</sup> Na prática *OT* isolou-se da maioria das Tendências no PT, inclusive no interior do *NLPT*. Sua participação na chapa *Socialismo e Democracia* no 10º EN do PT não incluía a concordância com sua proposta.

da PUC/SP. A banca foi composta pela Profa. Dra. Isabel Loureiro, Prof. Dr. Lucio Flávio de Almeida e o orientador, em 1998.

<sup>1</sup> “Será que por acaso alguém poderia esquecer que sempre nos opusemos à vontade de alguns dirigentes da Articulação de realizar chapas únicas nos encontros do partido, chapas com tendências que mantêm posições opostas às da Articulação que nós defendemos desde o seu surgimento em 1983?”, perguntava, em 1986, *OT*. Como podemos ver, essa política foi adotada desde o lançamento do *Manifesto da Articulação*



113, quando OT ainda se chamava *Organização Socialista Internacionalista (OSI)*. Ver: Glauco Arbix e Raimundo Cunha. “A respeito de uma discussão sobre as tendências no PT (resposta ao texto de José Dirceu e Wladimir Pomar)”. São Paulo, 15 de abril de 1986, p. 01.

<sup>2</sup> Quase que em choramingos, seus dirigentes reclamam de José Dirceu e Wladimir Pomar por misturá-los com as demais tendências do PT: “Não defendemos a idéia de que a direção do PT seja reformista e que as tendências que constituem o “bloco revolucionário” seriam a esquerda. Por isso, nunca participamos desse “bloco” e defendemos nossa participação na Articulação da qual fomos excluídos contra a nossa vontade”. (As aspas no meio da frase são do original). In id., págs. 02 e 06.

<sup>3</sup> Um texto que ilustra esta postura é *Em Tempo de iluminados*, escrito por Gabriel Marti e publicado em formato caderno como documento da OSI, em 1983. O título é uma ironia à DS, com quem a organização polemiza.

<sup>4</sup> *Por uma Articulação permanente. Boletim O Trabalho*, julho de 1987. (Trata-se da resolução aprovada no X Encontro).

<sup>5</sup> Idem.

<sup>6</sup> Segundo os dados apresentados pela minoria da direção nacional, 30 dos 46 dirigentes eleitos no IX Encontro da organização, realizado em 1986, foram favoráveis à dissolução. Das Coordenações Regionais, uma dissolveu-se (a de Campinas-SP); outra dividiu-se ao meio (Minas Gerais) e dez decidiram pela manutenção de OT (São Paulo, Vale do Paraíba, ABC, DF, MT, GO, AC, CE, BA e PE). Dos 450 militantes estimados antes da cisão, 240 teriam ficado com a minoria. Por esses dados, a direção minoritária concluiu que a maioria das bases ficou em OT. In idem.

<sup>7</sup> “Um balanço do 5º Encontro Nacional do PT: o Partido saiu desarmado”. *Boletim O Trabalho*, nº 8 (nº 262) extra, dezembro de 1987.

<sup>8</sup> Idem.

<sup>9</sup> Id. Pois, como objeta OT: “Como pode um agrupamento de militantes organizar-se, respeitando estritamente as instâncias partidárias e a elas de submetendo, apara influir na orientação do PT, sem fazer reuniões (o que quer dizer um certo grau de coordenação e disciplina); como pode (...) expor suas posições ao conjunto do partido sem ter gastos materiais (e daí ter finanças próprias e não aparelhar os recursos do partido), como pode ser negado (...) o direito de divergir da “política geral do PT”? O que é esta “política geral”?”. Evidentemente, os que tinham uma posição de partido dentro PT também concordariam com esta crítica.

<sup>10</sup> Para Anau, dirigente da organização, “a teoria, ou melhor, o método do “acúmulo”, constitui, ou

uma banalidade (“óbvio ululante”), desnecessária e sem conseqüência prática, ou uma eventual armadilha política para o partido, negando a dinâmica real (muito mais rica) da luta de classes e desarmando-o face às suas tarefas concretas”. Roberto Vital Anau. “Crítica da resolução do 5º ENPT”. *Cadernos O Trabalho* 6, junho de 1988.

<sup>11</sup> Idem.

<sup>12</sup> Ibidem.

<sup>13</sup> O Trabalho: Sobre a questão do socialismo. (Tese 7) In: *Teses para o 7º Encontro Nacional*, op. cit., pp. 78-80. Esta tese retoma os aspectos levantados por Anau no artigo citado acima.

<sup>14</sup> Na gestão Erundina, Edson Cardoni, membro de OT, foi o Presidente da Cia. de Processamentos de Dados (PRODAM). Em dezembro de 1989, a CUT Regional/SP solicitou apoio para enviar sua delegação à Brasília, na caravana organizada pela Frente Nacional dos Prefeitos a fim de exigir a liberação de verbas. Cardoni liberou 3.900 dólares para o pagamento de aluguel de ônibus. Este ato resultou em polêmicas. Cardoni assumiu a responsabilidade e defendeu sua legalidade e legitimidade. Em virtude das divergências acumuladas a prefeita demitiu-o. Em 04 de agosto de 1993, ele foi condenado a 02 anos e 08 meses de prisão e pagamento de multa. OT fez uma campanha nacional e internacional em solidariedade ao mesmo. Seus advogados entram com recurso no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, pela anulação da condenação política de Cardoni.

<sup>15</sup> Esta análise é feita retrospectivamente em sua tese ao 7º Encontro.

<sup>16</sup> A participação no *Movimento Na Luta, PT!* insere-se nessa estratégia.

<sup>17</sup> A delegação brasileira foi composta por: Paulo Skromov (Executiva da CUT); Luiz Bicalho (diretor do Sindsep-DF); Markus Sokol (CEN/PT); Luiz Carlos Alencar (diretor do Sinttel-DF); Zilá Prestes e Regina de Sena (Sindicato dos Enfermeiros-SP); Julieta Balestro (membro do conselho do CPERS); Paulo Gnecco (*Debate Comunista*); Oswaldo d’Andrade (Executiva CUT/SP); Arlete Sampaio (DN/PT e do Sindicato dos médicos); Eduardo Cândido Alves (Sindicato dos Químicos de Osasco e da executiva da CUT Regional/SP); Júlio Turra (Coordenação do Elasse); Luiz Gonçalves (presidente da CUT Regional/SP e diretor do Sindicato dos Condutores; e José Carlos Miranda (Executiva da CUT Regional/SP). A “estratégia de transição” foi mantida.

<sup>18</sup> *O Trabalho: Sobre a questão do socialismo*, op. cit. p.75.



<sup>19</sup> Roberto Vital Anau. “Socialismo: a discussão está aberta no PT”. **Caderno O Trabalho** 9, agosto de 1990, p. 33.

<sup>20</sup> *O Trabalho: Sobre a questão do socialismo*, op. cit., p.75.

<sup>21</sup> DN-PT. *O PT e as Organizações*. São Paulo, 25 de março de 1990. A íntegra desta resolução foi reproduzida no jornal Causa Operária, abril de 1990.

<sup>22</sup> Sokol, mais recentemente, reafirmou esta idéia: “O futuro não está dado, a sorte do PT ainda não foi decidida”. (Entrevista ao autor).

<sup>23</sup> Coordenação Nacional da Corrente O Trabalho do PT. *Em defesa do direito de tendência*. São Paulo, 04 de maio de 1990.

<sup>24</sup> Comissão Executiva Nacional. *A situação de “O Trabalho”*. São Paulo, 14 de maio de 1990.

<sup>25</sup> *O Trabalho: Sobre a questão do socialismo*, op. cit., p. 81.

<sup>26</sup> Id., p. 82.

<sup>27</sup> Ib. Sua tese afirma textualmente: “Abaixo o Pacote, Fora a Farsa Collor! Por um Governo do PT”. Neste encontro, as demais teses defendem que o PT se coloque em oposição ao governo Collor. Segundo Sokol, foi *OT* quem lançou a palavra de ordem “Fora Collor!”: em 1991, no Congresso da CUT; depois algumas regionais do PC do B teriam assumido esta tese; e, só então, que a *CS* assumira. Ele não credita a expulsão da *CS* a esta questão. “Eles decidiram sair. Tinha um acordo com a direção que ia sair, mas ela fez muito barulho e argumentou que fora expulsa por causa disso”, afirma. (Entrevista ao autor).

<sup>28</sup> Ib., pp. 82-84.

<sup>29</sup> Na concepção de *OT*: “Uma tendência se constitui e se justifica não pela existência de divergências de princípio com o programa do Partido, o que deveria levar a construir outro

partido. Mas sim pela diferença de apreciação sobre questões de tática, de aplicação dos princípios comumente aceitos, que estão na base do surgimento e construção do PT”. Nas idas e vindas da política, *OT* resgata a resolução sobre tendências adotada no 5º EN, a qual teria sintetizado a “experiência do PT desde a sua formação”. (Ib., pp. 84-85).

<sup>30</sup> *Em defesa do PT (Tese 7)*. Coordenação Política Geral do Congresso. **Jornal do Congresso**, p. 42. Eles são “os transmissores, conscientes ou não, abertos ou velados, da velha social-democracia e de seus novos associados, os stalinistas fracassados”, afirmou. A crítica é dirigida, principalmente, ao *PPB*.

<sup>31</sup> “Por que assinar a Carta Aberta?”. **O Trabalho**, 12.07 a 25.07.1995, p. 06. “O Congresso atual pisoteia os direitos do povo. Não tem o direito de continuar decidindo pela nação”, afirma *OT*.

<sup>32</sup> “Estamos condenados a aceitar o ajuste?”. **O Trabalho**, 12.07 a 25.07.1995, p. 05.

<sup>33</sup> Em seu jornal de julho de 1995, *OT* afirmou contar com duas mil adesões, em diversos Estados, à *Carta Aberta* lançada por Sokol. (“Editorial”). Nas páginas centrais, publica uma lista com as principais adesões: Joelson Oliveira (Coordenação Nacional do MST); José Carlos Rocha (Coordenador do Fórum pela Democratização da Comunicação); Jorge Evandro (Presidente da CUT-PA); Jairo Carneiro (Presidente da CUT-RS); Averaldo Menezes de Almeida (Presidente do Sindipetro de Cubatão – SP); Lauro Campos (Senador PT/DF) e outros. Os nomes citados estão na ordem da lista publicada à página 04. Ver: **O Trabalho**, 12.07 a 25.07.1995.